

potética as pessoas viveriam com mais conforto do que milhões de paulistanos reais que moram presentemente na periferia. A razão é simples: a maior parte dos terrenos vazios estão localizados em zonas com todos os melhoramentos públicos, onde a densidade média é de 50 a 60 habitantes por hectare, igual à metade da considerada razoável em todo o mundo sob o ponto de vista da eficiência econômica da infra-estrutura urbana.

A quem pertencem estes terrenos deixados vagos? Eis uma questão que o coordenador da COGEP confessa não saber responder; e não poderá fazê-lo nem mesmo quando dispuser do cadastro completo que se está fazendo. A Prefeitura não cadastra os donos de imóveis e sim os próprios imóveis; portanto, poderá dizer quantos lotes existem mas não quais e quantos proprietários.

A crença geral, compartilhada pelo prof. Cândido Malta Campos, é de que não há em São Paulo grandes "tubarões imobiliários", proprietários de extensas glebas vazias em zonas com infra-estrutura urbana parcial ou completa. A suposição mais aceita é de que todo mundo tem vocação para especular imobiliário e a maioria dos paulistanos possui um terreninho onde aplica uma poupança e ficou esperando a valorização inevitável que ocorrerá quando a rede de melhoramentos públicos chegar ao seu loteamento.

Uma das indicações que o coordenador da COGEP tem de que não deve haver concentração de lotes vazios nas mãos de alguns proprietários é o apoio que a idéia do imposto progressivo vem obtendo do Sindicato dos Corretores de Compra e Venda de Imóveis e, também, da maioria das imobiliárias e incorporadoras.

#### INTERVENÇÃO PARCIAL

Acentua o coordenador da COGEP que o imposto progressivo sobre terrenos vazios é perfeitamente constitucional e sua criação depende apenas da aprovação pela Câmara de projeto de lei enviado pelo prefeito e não ferirá o direito de propriedade. Apenas "forçará" a separação, muito tímida, entre o direito de propriedade e o direito de construção ou uso do solo. E já há algumas leis que tratam do assunto, embora não funcionem na prática. Existe, por exemplo, uma lei que permite à Prefeitura cobrar a chamada taxa de melhoria, ou seja: numa região beneficiada com a passagem de uma avenida, a Municipalidade pode taxar os imóveis lideiros com impostos equivalentes a até 75% da valorização gerada pelo melhoramento (a avenida). O proprietário ainda receberia de mão beijada os 25% restantes de valorização, mas a aplicação desta lei é tão complexa e provoca tal volume de pressões e contra-pressões políticas, que nunca foi usada.

Outro recurso é a desapropriação, como aconteceu no terminal do metrô em Santana. Ali, a Prefeitura desapropriou não só a área que precisava para a construção da estação metrôvária mas também as faixas ao redor, que se tornariam altamente valorizadas devido à proximidade do metrô. Nesta área das imediações da estação metrôvária a Prefeitura planejou demolir o casarão velho e construir prédios de apartamentos erguidos no meio de jardins, escolas, centro comercial e outros melhoramentos. Os apartamentos seriam vendidos pela Prefeitura que, assim, conseguiria ressarcir-se de quase todo o investimento com a venda do metrô. A população local ganharia por viver numa área urbanizada e todos os paulistanos com o retorno do investimento no metrô.

O projeto de Santana está com sua execução parada devido à ação judicial de um proprietário desapropriado, um promotor público, que já perdeu em todas as instâncias preliminares e, agora, recorreu ao Supremo Tribunal Federal. A decisão desta Corte, esperada para os próximos meses, resolverá se a desapropriação poderá ou não atingir área superior a destinada a obras públicas. No caso afirmativo, a Prefeitura disporá de mais uma arma para racionalizar e ordenar o uso do solo.

#### AÇÃO CONJUNTA

O coordenador da COGEP está convencido de que o imposto progressivo sobre terrenos vazios ou qualquer outro instrumento a que se recorra terá efeitos muito limitados se aplicado apenas por um município, mesmo que seja São Paulo. «A questão — salienta Malta Campos — é nitidamente de política federal. Se conseguíssemos que a manutenção de terrenos vazios em São Paulo se tornasse num mau investimento, não há dúvida alguma de que os interessados iriam especular nas cidades vizinhas. Portanto, a medida deveria ser adotada conjuntamente, por todos os municípios. Além disso, os terrenos constituem um investimento legítimo, uma forma de as pessoas preservarem suas poupanças, muitas vezes feitas com grandes sacrifícios. Cabe ao Governo Federal tornar mais atrativo o investimento em outras áreas que não a imobiliária, como o mercado acionário».

**O SR. PRESIDENTE (Vicente Botta)** — Tem a palavra o nobre deputado Castello Branco.

**O SR. CASTELLO BRANCO** (sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, apenas e tão-somente para um esclarecimento a respeito do noticiário da imprensa de hoje, que atribui ao nobre deputado Jayro Maltoni uma frase sobre nomeações nesta Casa, que teriam sido feitas por este deputado.

Em conversa com o nobre deputado Jayro Maltoni, Sr. Exa. nos afirmou que não declarou absolutamente isto à imprensa, que teria dito que este deputado procedeu a quatro nomeações.

Com relação ao acidente ocorrido na cidade de Jundiaí, em 1970, este deputado, na época, não era deputado. O acidente foi com um carro pertencente ao Palácio do Governo, e eu me encontrava, em missão oficial, pois era Assistente Especial do Sr. Governador do Estado.

Apenas este esclarecimento, agradecendo ao nobre deputado Jayro Maltoni a afir-

mativa que fez a este deputado e a autorização que deu para que viesse à tribuna esclarecer os fatos.

**O SR. PRESIDENTE (Vicente Botta)** — Tem a palavra o nobre deputado Emílio Justo.

**O SR. EMÍLIO JUSTO** (sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao que tudo indica, os problemas de assistência e promoção social no Vale do Ribeira parecem não ter possibilidade de ser solucionados a curto prazo, ou até mesmo a longo prazo, dada a insuficiência de recursos oriundos do Poder Executivo do Estado. A Casa do Migrante, por exemplo, que sempre foi apontada como modelo de atendimento, já apresenta problemas de certa gravidade. Instalada pelo CIPIS do Vale do Ribeira, em colaboração com a Secretaria da Promoção Social (através da Pró-menor), tinha em sua direção a assistente social Jucl Aparecida Calabrez Monticelli. Com a demissão da Diretora, a entidade passou a enfrentar problemas diversos, tanto que, na última reunião da Comissão de Comunidade, em Registro, conforme tomamos conhecimento pela imprensa, foi levantada a possibilidade de o Fraterno Auxílio Cristão — FAC — assumir a responsabilidade pelo seu funcionamento. Na mesma reunião, Sr. Presidente, foi levantado o problema da falta de atuação efetiva da Comissão no que se refere à fiscalização das obras sociais do município.

Há algum tempo, foram criadas as comissões da comunidade, que deveriam atuar como elementos de ligação entre as obras sociais e a Divisão Regional da Secretaria da Promoção Social. A comissão é composta pelos diversos órgãos e entidades que atuam na comunidade, sendo a presidência exercida rotativamente por representantes das diversas obras sociais, por período de três meses. Entre as funções da comissão estariam a fiscalização das diversas entidades, verificação de funcionamento e aplicação de verbas. Os fatos verificados, conforme tivemos conhecimento, Srs. deputados, serão levados à DRL-2. Entretanto, parece que as comissões não estão cumprindo suas finalidades, limitando-se à realização da reunião trimestral para mudança de diretoria e transmissão de cargos. As obras sociais não foram inspecionadas na maior parte dos casos, nenhuma vez desde o seu início. Quer nos pareça, Sr. Presidente, que a rotatividade dos cargos de diretoria e o prazo muito curto da gestão não permite a elaboração de um roteiro positivo de trabalho. Além do mais, em recentes declarações, o Secretário da Promoção Social, Mário Altenfelder, afirmou que sua pasta deverá extinguir os consórcios intermunicipais de promoção social, diminuindo os gastos com a sua administração e liberando maiores recursos para manter os programas das obras sociais. Para isso, porém, seria necessário que essas entidades já em funcionamento assumissem responsabilidade pelos principais problemas de promoção social e humana, de maneira a obter maior desenvolvimento da comunidade.

Em face de tais circunstâncias, Sr. Presidente, o mais justo seria que a Secretaria da Promoção Social proporcionasse maior volume de verbas ao Fraterno Auxílio Cristão — FAC — que é uma das entidades mais antigas de Registro, tendo ela, no passado, desenvolvido todo o trabalho promocional social. Com o passar dos anos, alguns setores em que prestava atendimento à altura foram sendo absorvidos por órgãos governamentais, como o de saúde, educação suplementar de adultos, etc.

Sendo assim, e tendo-se em conta que a Secretaria pretende extinguir os consórcios intermunicipais, na região do Vale do Ribeira, particularmente em Registro, deve ser dada toda a prioridade para que o FAC — Fraterno Auxílio Cristão, assumida toda a responsabilidade dos problemas de assistência e promoção social, com a Secretaria dando-lhe as verbas necessárias para toda essa assistência. Na verdade, Sr. Presidente, é melhor essa atitude do que ficar a promoção social do Vale do Ribeira como agora, sem possibilidade de solução de inúmeros problemas sociais.

Era o que tínhamos a dizer, esperando atitude imediata da Secretaria da Promoção Social a respeito do assunto.

Esperamos que o Sr. Secretário da Promoção Social, Mário Altenfelder, que prometeu solucionar os problemas sociais do Estado, principalmente nas regiões mais carentes, leia ou determine a algum assessor seu que leia este pronunciamento, para saber o que se passa na região da Baixada Santista, no Vale do Ribeira, no litoral Sul.

Aquela gente é carente de tudo. O governo precisa olhar com carinho para o Vale do Ribeira, que um governo anterior disse que seria o Vale da Redenção, mas a redenção mesmo não vem para aquela região, enquanto sua população continua sofrendo, pensando e aguardando providências essenciais do governo, para que tenha um pouco de sossego em sua vida.

**O SR. PRESIDENTE (Vicente Botta)** — Tem a palavra o nobre deputado José Maria Marin.

**O SR. JOSÉ MARIA MARIN** — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. deputados, queremos, nesta oportunidade, prestar nossos melhores cumprimentos a um homem que, de há muito, vem prestando relevantes serviços à coletividade, embora nem sempre tenha sido feita justiça ao seu trabalho.

Referimo-nos ao Delegado de Polícia Sérgio Fleury. Dizemos isto depois de verificar, mais uma vez, seu trabalho na solução de um crime que abalou não só o Estado de Mato Grosso, mas, temos certeza absoluta, todo o Brasil. E nós, que conhecemos de perto sua personalidade, não só como exemplar chefe de família, como homem cumpridor de seus deveres e, acima de tudo, com uma vocação das mais raras, das mais elogiáveis, que é o cumprimento do seu dever como polícia, nos sentimos na obrigação, neste momento em que todo o país toma conhecimento da solução desse crime que abalou todo o Brasil, de fazer aqui a devida

justiça ao delegado Sérgio Fleury e à sua valorosa equipe. Dizemos mesmo que muitas vezes não chegamos a compreender, a entender porque um policial desse quilate, um homem que vem dedicando sua vida inteiramente ao combate do crime, um homem que por várias vezes colocou em risco não só sua própria vida, mas a vida de seus familiares, não tenha até hoje merecido a devida compreensão de todos aqueles que têm a obrigação de zelar pela tranquilidade e segurança dos lares de São Paulo. Não foi este o primeiro trabalho de capital importância que o delegado Sérgio Paranhos Fleury obteve em favor da coletividade, e tenho certeza absoluta de que também não será o último. Conhecendo de perto seu caráter, sua vocação de servir, podemos afirmar, sem dúvida alguma, que Sérgio Fleury ama sua profissão; que Sérgio Fleury a ela se dedica com o maior carinho, sem medir esforços ou sacrifícios, para honrar não só a polícia de São Paulo, mas acima de tudo, seu título de delegado de polícia. E isso ele vem fazendo há muito tempo. Não só honra a polícia de São Paulo, como também de há muito é motivo de orgulho para, inclusive, a população de São Paulo. Quando, no noticiário da televisão, foi-lhe perguntado porque recorreu ao delegado Sérgio Fleury, o pai da vítima afirmou que não o conhecia, mas que tinha conhecimento de seus trabalhos em favor da população, no combate ao crime.

Ora, Sr. Presidente e Srs. deputados, se outras pessoas, outros brasileiros que residem fora de São Paulo reconhecem esse trabalho que Sérgio Fleury vem desenvolvendo em favor do interesse público, em favor da tranquilidade e da segurança da população de São Paulo por que nós paulistas não devemos também reconhecer e fazer justiça a esse trabalho?

Nessas condições, Sr. Presidente, interpretando, tenho absoluta certeza, o pensamento da população de São Paulo, queremos aqui trazer nossos cumprimentos e dizer do nosso orgulho em contar na polícia de São Paulo com o delegado Sérgio Paranhos Fleury.

**O SR. PRESIDENTE (Vicente Botta)** — Tem a palavra a nobre deputada Theodosina Rosário Ribeiro.

**A SRA. THEODOSINA ROSÁRIO RIBEIRO** — Sr. Presidente e Srs. deputados, há dias, fizemos um pronunciamento desta tribuna, fazendo um apelo ao Sr. Secretário da Educação face às manchetes de jornais que publicaram que 97% dos professores que prestaram concurso para Professor de Matemática, Nível III, foram reprovados. Naquele nosso apelo pedíamos ao Sr. Secretário da Educação que anulasse o concurso, porque a reprovação dos professores, pela maneira como foi exposta a matéria, deixou a impressão de que o foram porque são incapazes. Mas, a grande parte da população não está a par de que esses professores, que prestaram o concurso, estão lecionando no primeiro e no segundo graus. Vejamos V. Exas. que são professores que já ministram aulas aos nossos filhos e para poder regularizar a sua situação prestaram esse concurso. Mas os elementos que elaboraram as provas estão completamente divorciados da matéria não podendo, portanto, dar aos professores o que concerne realmente ao professor de nível III.

Mas, nos jornais de hoje tivemos a surpresa de ler que o Sr. Secretário da Educação vai nomear especialistas para os próximos concursos, para que as provas por eles elaboradas sejam compatíveis com o nível dos professores.

Essa medida do Sr. Secretário da Educação nos deixou muito satisfeitos, porque percebemos que as nossas solicitações, as nossas sugestões indiretamente são aproveitadas. Mas, mesmo assim, estamos apresentando uma indicação em que solicitamos a anulação do último concurso realizado para o provimento de cargos de Professor de Matemática, Nível III.

Diz a indicação:

#### Indicação n.º ..., de 1976

Considerando que o Decreto n.º 6823, de 26 de setembro de 1975, regulamenta os Concursos de Ingresso de Acesso aos cargos docentes do Magistério Público de 1.º e 2.º Graus do Estado de São Paulo, previstos pelo artigo 26 das Disposições Transitórias da Lei Complementar n.º 114, de 13 de novembro de 1974, e dá outras providências;

Considerando que no último concurso de provas dos professores de nível III, de matemática, foi numerosa a quantidade de candidatos, resultando, para surpresa de todos, um grau de reprovação que atingiu a faixa de 97%.

Considerando que o nível em que foram feitas as provas é altíssimo, e sem correlação com a matéria, inexplicavelmente incompatível com o preparo dos professores, o que não se justifica, sabendo-se que, para a elaboração das provas, existe uma programação específica;

Considerando que o próprio Secretário da Educação, que é a figura máxima nesse episódio, dispõe de assessores que poderão orientá-lo em caso de dificuldade em relação ao preparo das provas, deu uma explicação em Brasília, esclarecendo que as provas realmente foram elaboradas em nível superior ao preparo dos candidatos;

Considerando que, nas provas desse concurso, foram constatados até erros datilográficos, com perguntas trocadas, ocasionando mesmo sérias dúvidas quanto às alternativas na resposta;

Considerando que temos de convir que os professores que prestaram concurso de prova de matemática, nível III, já estão exercendo a função, já estão lecionando em escolas de 1.º e 2.º graus, são capazes de fazê-lo bem, embora a título precário e, assim, não poderiam ser reprovados, e que merecem uma oportunidade de fazer novo concurso de provas;

Considerando finalmente, que o problema da reprovação dos professores, no concurso de prova de Matemática nível III, é muito sério, de consequências bastante desagradá-

veis, podendo jogar o professor contra o público, contra os pais de alunos, contra aqueles que não entendem o problema de elementos que tenham capacidade para elaborar as provas à altura do que o professor é capaz de realizar, nada mais justo que a anulação do referido concurso.

Diante do exposto, indicamos, nos termos regimentais, ao Sr. Chefe do Poder Executivo, se digne determinar as necessárias providências, pelos órgãos competentes, no sentido de que seja anulado o último concurso de prova de matemática nível III, dando oportunidade aos candidatos inscritos para fazerem novo concurso.

Sala das Sessões, em Theodosina Rosário Ribeiro

Esta foi a indicação, Sr. Presidente, Srs. deputados, que fizemos e achamos que o Sr. Secretário da Educação irá nos ouvir e dar mais uma oportunidade a estes professores.

**O SR. PRESIDENTE (Vicente Botta)** — Tem a palavra o nobre deputado Ademir de Barros. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Marcondes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Agualdo de Carvalho. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jacob Salvador Zveibil. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiali. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Felício Castellano.

**O SR. JOSÉ FELÍCIO CASTELLANO** — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. deputados, ao longo da história observamos que as crises aparecem nos organismos públicos, de quando em quando, assim como a enfermidade surge no corpo humano. Neste e noutros países assim tem sucedido.

A imprensa tem divulgado crises profundas em nações de longa tradição cultural, onde verdadeiros abalos sísmicos têm causado repercussão que se espalha além das fronteiras dessas nações, estendendo a todos. No regime democrático, onde a imprensa é livre, esses fatos, se não são comuns, pelo menos representam uma conotação do regime, pois somente na democracia esses acontecimentos podem ser levantados, divulgados e o povo deles tomar ciência.

A própria história do nosso país oferece muitos exemplos e ainda recentemente tivemos tristes acontecimentos em grandes nações que abalaram profundamente a opinião pública. A nossa Assembléia vive, em nosso entender, a sua mais grave crise, a mais dilacerante a importância que a imprensa tem dado aos fatos demonstra que, realmente, o problema é de maior gravidade. Entendemos, porém, que não é o fim. Pelo contrário é hora de purificação. De ato cirúrgico. De eliminação das falhas encontradas. De correção dos males que a imprensa vem denunciando e recolocar o poder no seu elevado pedestal, de restituir toda autoridade que o povo lhe conferiu. Trata-se de aproveitar o lamentável suceder de fatos para eliminar as doenças que se aninham neste poder e que foram apontadas pela CEI. E para que isso seja feito entendemos que o remédio deve ser na mesma proporção da doença; ser aplicado com a intensidade da enfermidade e em doses iguais.

Estamos há 5 dias da leitura do relatório da CEI, leitura que foi procrastinada de maneira que até este instante não chegamos a entender nem a encontrar justificativas. A sua própria leitura se deu graças à insistência dos integrantes da CEI e outros parlamentares. Entendemos um desatino e falta de sensibilidade a delonga na sua divulgação. Para o mal encontrado, o remédio é um só: ação imediata, sem perda de tempo, pois que a dignidade do poder está maculada e acima de interesses partidários ou pessoais exige uma reparação urgente.

Dissemos de início que esses fatos se repetem ao longo da história desta e em outras nações, mas é forçoso dizer, nem sempre as soluções demoram tanto... Resta a esta Casa, para continuar a merecer o respeito público, para recolocar a sua dignidade ofendida no local onde devia estar, que a doença seja extirpada, que as falhas sejam corrigidas, mas isso deve ser feito imediatamente.

Estamos há 8 dias da conclusão da CEI e, pelo seguir dos fatos, teremos a transformação do episódio em disputas pessoais, em lutas internas, afastando-se muitos do verdadeiro alvo e centro de preocupações que a todos conlamba. É preciso que medidas práticas agora sejam adotadas, relegando os aspectos burocráticos de processos que se arrastarão, de estudos que consumirão longo tempo.

Falamos sempre em opinião pública, em resguardo do poder, na honorabilidade dos representantes do povo, mas há um elemento importante que ainda não foi enfatizado: trata-se dos que são bons funcionários desta Casa, daqueles que cumprem com as suas obrigações, dos que são zelosos no cumprimento do dever; estes servidores também precisam ser reparados e, enquanto não são tomadas medidas saneadoras dos males encontrados, todos estarão, tanto quanto a própria Casa, envolvidos na penumbra das suspeitas.

Não somos pessimistas, pelo contrário, entendemos que o episódio dará novos horizontes a este Parlamento, que ele será purificado e engrandecido, reconquistará o respeito do povo e, sobre tudo, da imprensa. Mas, é forçoso reconhecer: o que foi feito até este instante não condiz com a gravidade da situação e muito menos com a importância do momento histórico que vivemos.

Fazemos esta manifestação pública porque, perante a nossa bancada, em reunião que tivemos a iniciativa de solicitar, há dias, assim agimos e, posteriormente, perante importante e histórica reunião da quase maioria dos integrantes deste Poder, da mesma forma nos comportamos, expondo a nossa opinião a respeito da necessidade de urgentes medidas corajosas e à altura da gravidade dos fatos apurados.

Se os fatos continuarem a ter o desdobrar até aqui verificado, este Poder terá grandes dificuldades em recolocar-se no elevado pedestal do respeito da opinião pública e na reconquista da admiração da imprensa, bem como será impossível evitar os atritos inter-